

Com novo relatório, "folga" do teto de gastos vai a R\$ 35,5 bilhões

Por Fabio Graner | De Brasília

Com a redução de mais R\$ 2,2 bilhões nas despesas autorizadas neste ano, a equipe econômica trabalha com uma "folga" da ordem de R\$ 35,5 bilhões no teto de gastos para este ano. Desde o início de vigência a limitação estabelecida por emenda constitucional, em 2017, o governo tem sempre ficado abaixo do valor autorizado.

Para se ter ideia, a diferença prevista no relatório é maior do que o volume que a União terá que pagar à Petrobras pela revisão do acordo de cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal em 2010.

A margem do teto de gastos neste ano pode ser ainda maior se os ministérios usarem menos do que o autorizado, o chamado "empocamento", algo que acontece em todos os anos. Por outro lado, ela pode acabar sendo praticamente toda consumida se a dívida da União estatal, de R\$ 33 bilhões, for paga neste ano.

A "folga" da despesa primária em relação ao teto prevista para este ano se dá devido ao risco de descumprimento da meta de déficit primário, de R\$ 139 bilhões. Como as receitas projetadas estão abaixo do necessário para o alcance desse

alvo, o governo teve que fazer um contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões em março e reforçar com um corte de mais R\$ 2,1 bilhões em despesas agora em maio.

Nesse quadro, o governo agora projeta R\$ 97,6 bilhões de despesas discricionárias para este ano - situação que já se mostra bastante complicada em algumas pastas. "Não conseguimos chegar ao fim do ano com este nível de contingenciamento. Ou seja, essa folga não pode ser permanente", disse uma fonte do governo. Apesar do quadro apertado das despesas discricionárias, a equipe econômica rejeita a ideia de rever a meta de déficit para o ano. A ideia chegou a circular, mas no contexto da necessidade de se viabilizar o pagamento à Petrobras, e tem forte rejeição do ministro Paulo Guedes.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, apesar de a combinação de regras fiscais não estar sendo eficaz para reequilibrar as contas públicas, a revisão da meta de resultado primário não seria o caminho mais adequado no momento e poderia até causar danos, como elevação de juros no mercado.

"A meta de primário de fato perdeu um pouco de sentido no contexto do teto de gastos, mas

mexer nas regras fiscais agora não ajudaria. O que é preciso é atuar para reverter a alta dos gastos obrigatórios, principalmente de pessoal, e elevar as receitas, especialmente por ações exógenas que ajudem na retomada da economia", disse Salto, lembrando que a reforma da Previdência, se aprovada, deverá ter pouco impacto fiscal nos seus primeiros anos de vigência.

Salto diz que o teto foi criado com uma margem elevada no curto prazo e só se tornará uma restrição fiscal mais forte a partir de 2023.

Um especialista em contas públicas que pediu anonimato considera que a situação fiscal justificaria rever a meta de resultado primário, dando um pouco mais de fôlego para os gastos discricionários. "Meta de primário com teto de gastos não faz sentido", diz. Mas esse interlocutor pondera que a dificuldade do governo no Congresso não recomenda encaminhar esse assunto. "O governo já está com dificuldade de aprovar o crédito da regra de ouro, mudar a meta fiscal, então...", comentou, referindo-se à proposta de crédito de R\$ 248 bilhões para cumprir a regra que veda ao governo se endividar para pagar gastos correntes, em tramitação no Congresso.

Governo quer mudar regra do teto de gastos

PEC pretende deixar de fora do teto a divisão do bônus do leilão de petróleo

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O teto de gastos, regra que impede que as despesas do governo subam acima da inflação, vai mudar para abrir caminho à partilha de recursos do pré-sal com Estados e municípios, disse ao "Estadão/Broadcast" o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

A equipe econômica vai enviar em breve uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para incluir entre as despesas livres do teto a divisão do bônus do megaleilão de petróleo, programado para este ano e que deve render R\$ 106,6 bilhões, e a repartição dos royalties de exploração dessas áreas por meio do Fundo Social do Pré-sal, num programa desenhado para durar 35 anos.

Sem essa mudança, o governo teria de cortar recursos de outras áreas para fazer os repasses sem descumprir a regra do teto, criada no governo de Michel Temer e que servido de âncora fiscal em tempos de sucessivos déficits nas contas públicas. Essa mesma PEC também vai permitir ao governo pagar R\$ 33,6 bilhões à Petrobrás pela revisão do contrato de exploração

do pré-sal firmado em 2010 sem que isso consuma espaço dentro do teto.

Exceções. O teto de gastos possui hoje apenas quatro exceções: algumas transferências a Estados e municípios, créditos extraordinários (feitos para gastos imprevisíveis), gastos com eleições e aumento de capital de empresas. Agora, será necessário criar outras três exceções para viabilizar o plano de descentralização de recursos empreendido pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Eu não tenho espaço no teto suficiente para essas transferências. São três exceções novas. Se não, consome nosso espaço", explica Waldery. Ele se mostra otimista com a perspectiva de aprovação da PEC, que requer o apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa. A garantia ao pagamento à Petrobrás também é tida como essencial para o sucesso do megaleilão.

"Há uma convergência de interesses, todo mundo quer. Pode-se discutir o quantitativo (da divisão), mas a direção é de aprovar. As duas Casas querem, os presidentes, as lideranças, é um ponto em comum", afirma o secretário.

O tamanho da divisão dos recursos é justamente o tema das discussões da equipe econômica com governadores e com o Congresso Nacional.

Divisão. A principal repartição de recursos que deve ocorrer ainda em 2019 é a do bônus de assinatura do leilão. Governadores e lideranças no Congresso já falam em uma fatia maior que 30% do bônus para Estados e municípios, mas Waldery alerta que a União ainda tem déficit e não pode abrir mão de muitos recursos no curtíssimo prazo.

"É uma decisão política e técnica. A decisão é de dividir sim, uma parte pequena. Não é os 30%, não é a orientação que temos, por conta dessa situação fiscal em 2019", diz o secretário. Ele lembra que o governo já precisou contingenciar mais de R\$ 30 bilhões no Orçamento por conta da frustração na arrecadação. "Isso daqui (bônus do leilão) é uma âncora para resolver o meu caso. Eu não posso passar muito (para Estados e municípios), se não eu não fico bem na minha posição fiscal."

A partir de 2020, porém, entra em cena o Plano de Fortalecimento de Estados e municípios (PFE), que terá duração de 35 anos e vai transferir para os governos regionais recursos que hoje integram o Fundo





Social e são apenas da União. Esses repasses também começarão em percentual menor, ainda em discussão, mas crescerão até chegar a 70% antes desses 35 anos, informa o secretário.

"Começa baixo, mas vai crescendo e cresce a um ritmo forte, tanto em termos de percentual quanto em termos absolutos, porque vai entrar muito recurso para o Fundo Social", explica. Neste ano, o Fundo Social deve receber R\$ 16,8 bilhões, sem contar os recursos do leilão, um valor que aumentará com o passar dos anos.

O secretário garante que o objetivo da equipe econômica é chegar a um "novo patamar" de transferência de recursos para Estados e municípios, mas de

maneira gradual e responsável diante do estresse fiscal a que todos estão submetidos. Além da divisão do Fundo Social, ele cita o plano que vai conceder R\$ 10 bilhões ao ano até 2022 em garantias a novos empréstimos para Estados e municípios com dificuldades de caixa, em troca de medidas de ajuste. É o chamado de Plano de Estabilização Fiscal (PEF), cujo projeto deve ser enviado já nesta semana ao Congresso.

"Se contar um conjunto de medidas, aí nesse sentido a gente pode sim caminhar para um novo patamar. Mas é num conjunto de medidas, não é tomar apenas o bônus de assinatura e nele colocar todo o esforço. Seria uma solução indevida, porque a União está fortemente deficitária", afirma.